



**Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau**

Informações Gerais

Ata 3ª Reunião Ordinária

Data: 26/06/2015

Horário: 09h00

Local: Sala da Comissão Permanente de Segurança, 2º andar

Ata elaborada por: Denise Bastos Pontes, analista judiciário, mat. 5519

Participantes

Nome	Cargo	Assinatura
Raimundo Nonato Silva Santos	Desembargador Coordenador do Comitê	
Samara de Almeida Cabral	Juíza Corregedora Auxiliar	
Jorge Di Ciero Miranda	Juiz da Vara Única de Trânsito, magistrado escolhido pela Presidência	
José Hercy Ponte de Alencar	Juiz da 2ª Vara de Crateús, magistrado eleito	
Denílson da Nóbrega Silveira	Analista Judiciário da Vara Única de Chorozinho, escolhido pela Presidência	
Roberto Eudes Fontenele Magalhães AUSENTE	Técnico Judiciário da 21ª Vara Cível de Fortaleza, servidor eleito	
José Joaquim Neto Cisne	Secretário de Planejamento	
Alex Araújo	Secretário de Finanças	
Roberta Jucá	SEPLAG	
Dr. Ricardo Alexandre	Juiz, representando a ACM	
Luciano (AUSENTE)	Representante dos Oficiais de Justiça	
Diana Santos Pontes	SEPLAG	
Luciano Comin Nunes	Secretário da SETIN	
Antônio Araújo	Juiz Presidente da ACM	
Edilson Baltazar	Secretário da SGP	
Sérgio Mendes	SEPLAG	
Hadjefferson Marreiro e Silva	Representante SindJustiça	

Pauta

1. O Sérgio, técnico da SEPLAG, esclareceu que a apresentação solicitada na reunião anterior não será possível em virtude de alguns dados terem sido enviados tarde, bem como os dados oriundos do Pje não foram extraídos porque o sistema ainda está sendo desenvolvido para possibilitar a extração de dados estatísticos. A análise é feita com base no cruzamento de dados dos sistemas utilizados, de forma que é necessário os dados de todos eles para que a estatística seja real.
2. A Dra. Samara sugeriu que o Comitê tivesse como foco a informatização de todo o acervo processual do Estado do Ceará, o que reduziria inclusive diversos custos, como de diárias, por exemplo.
3. Dr. Luciano Comin disse que o projeto é acabar com o projud e o sproc, com o julgamento de todos os processos, ficando com o pje (juizados especiais) e o saj (em substituição ao sproc). Quando os processos de primeiro grau forem objeto de recurso, serão virtualizados. Há 166 varas que só tem sproc, nas quais os processos que seguirem o procedimento dos juizados migrarão para o pje e os demais para o saj, mesmo que físico, porque o saj físico já facilita a passagem para o saj digital. O Dr. Luciano explicou que demanda um tempo para implantar os processos digitais (de dois a quatro meses).
4. O Dr. Luciano também deu informações acerca da internet utilizada pelo Tribunal: a OI tem o monopólio no Estado e muitos ou quase todos os órgãos e entidades têm contrato com a OI. Está sendo feito um procedimento para contratação de uma outra empresa para fornecer uma internet com velocidade mais rápida e com um custo menor.
5. O Dr. Luciano esclareceu que a questão das senhas para acesso do SAJ 1º e 2º grau gira em torno da segurança da informação, que é disciplinada por Portarias do Tribunal.
6. Quanto às impressoras, o Dr. Luciano explicou que as trocas foram feitas e tomou-se como base o consumo que cada Vara tinha, de forma que estamos num momento de ajuste.
7. O Dr. Luciano se comprometeu a mandar um representante da SETIN em todas as reuniões do Comitê.
8. Quanto à criação da Secretaria Única, o Dr. Luciano esclareceu que é preciso que todos os processos sejam digitais. Não há previsão de qual Comarca do interior terá todo seu acervo digital. Esclareceu que as ações de digitalização serão pontuais e não mais em grande escala como foi feito, porque exige uma grande mobilização.
9. O Dr. Jorge sugeriu credenciamento de escritórios para digitalização dos processos físicos. A medida se justificaria em razão da agilidade que a migração promove na tramitação processual. Os custos dessa atividade seriam suportados pelas partes interessadas. Os beneficiários da justiça gratuita continuariam aguardando o cronograma de digitalização oficial. Os escritórios credenciados se submeteriam a protocolo e fiscalização estipulados pelo TJCE preservando a liberdade de fixar preços conforme sua conveniência.
10. O Dr. Araújo explicitou a questão crítica da segurança dos magistrados e o Dr. Luciano sugeriu a criação de um Grupo como uma espécie de Central para receber as eventuais pedidos para os magistrados que estão em situação de risco, agilizando a adoção das medidas necessárias. O Dr. Araújo também ressaltou a questão da segurança institucional dos magistrados.
11. A Roberta apresentou proposta de Plano de Ação para o Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau.
12. O Comitê se posiciona de forma contrária à prática de requisição de servidores que não cumpriram o estágio probatório e sem a anuência do juiz, respaldando a decisão da Presidência em negar pedidos desta natureza, e, em sendo o caso, ir ao CNJ pedir providência.

Compromissos

Descrição	Prazo	Responsável
Apresentação dos dados referentes à equalização da força de trabalho	07/27/15	SEPLAG
Reunião extraordinária: reunião conjunta deste Comitê com o Comitê Orçamentário do Segundo Grau	03/07/15 às 09:00 horas	
Presença de um representante da SETIN em todas as reuniões		Dr. Luciano Comin
Análise junto aos setores competentes da viabilidade da sugestão do Dr. Jorge quanto ao credenciamento de escritórios particulares para a digitalização de processos físicos		Dr. Luciano Comin
O Comitê se posiciona de forma contrária à prática de requisição de servidores que não cumpriram o estágio probatório e sem a anuência do juiz, respaldando a decisão da Presidência em negar pedidos desta natureza, e, em sendo o caso, ir ao CNJ pedir providência.		

Aprovações

Fica agendada reunião extraordinária deste Comitê em conjunto com o Comitê Orçamentário do Segundo Grau para o dia 03/07/15, às 09:00 horas. Reiterando a reunião ordinária do dia 27/07/15. E nada mais a tratar, encerrou-se a reunião.